

MARÉ VIVA

DIRECTOR: VICTOR SOUSA

SEMANÁRIO

ANO I — N.º 35 — PREÇO 3\$50 — 9/3/77

De semana a semana

Pesada factura esta!

Quando, há cerca de 15 dias, a Assembleia da República discutia a sua Lei Orgânica, o CDS propôs a inclusão de um artigo segundo o qual os partidos políticos aí representados passarão a receber uma subvenção anual de 20\$00 por cada voto que tiverem obtido na última eleição para deputados.

Numa altura em que tantos sacrifícios se vêm exigindo ao povo português, quem inventará razões suficientes para que ainda se vá atirar para cima dele com mais o encargo de sustentar os partidos políticos?

O argumento de que tal prática é corrente em muitos países da Europa não nos parece de grande peso dada a diferença de condições sócio-políticas e porque, por outro lado, não é a prática de um acto que o legitima ou aconselha.

Parece-nos, além disso, que o sistema proposto (e não menos outro que não deixe larga margem a entujices fáceis), deixando de fora os partidos que, ou não concorreram às eleições, ou não conseguiram lugares na Assembleia, constituirá motivo de justo descontentamento para as largas dezenas de milhar de miitantes e simpatizantes desses partidos que, assim, se vêm coagidos a sustentar-se a si sozinhos e ainda a contribuir para a subvenção dos partidos políticos adversários.

Mas o problema, quanto a nós, deverá pôr-se em termos mais gerais. É sabido que há partidos cujos objectivos são a defesa dos interesses das grandes maiorias da população de um país e outros cuja preocupação é manter e, na medida do possível, reforçar o poder dum reduzido grupo de privilegiados. Pensemos só nas preocupações que terá com o bem-estar do povo deste país, um partido como o MIRN, à frente do qual se encontra Kaulza de Arriaga, general do fascismo, que tentou um golpe de estado contra Caetano por considerar o seu regime DEMASIADO BRANDO! Amanhã, também este poder será subsidiado...

Há, portanto, partidos que

(Conclui na pág. 5)

As casas da "SOLVERDE"

Reunião inter-Juntas

Há umas semanas atrás, revelámos que estava em embrião um movimento, em todas as freguesias do concelho, no desejo de se verem cumpridas as obrigações da SOLVERDE para com as respectivas populações, em termos de habitações sociais.

A confirmação da nossa notícia surgiu agora com a realização recente de uma reunião, em Paramos, dos elementos das juntas de Freguesia de Anta, Guetim, Paramos e Silvalde, que se debruçaram sobre o problema.

De concreto, sabemos que ficou decidido solicitar à Câmara de Espinho numa reunião com os representantes das diversas freguesias, o que se compreende se se souber que é à Câmara que compete a defesa dos interesses das populações e a consequente fiscalização do cumprimento de todas as obrigações que a SOLVERDE tem para com a comunidade.

De facto, a morosidade da SOLVERDE na aplicação da verba destinada à construção de habitações nas diversas freguesias instalou um certo clima de impaciência, tanto

mais que, dos 20 mil contos a gastar, 10 mil já o deviam ter sido em 1976. O contrato com o Governo não está, portanto, a ser cumprido pela SOLVERDE e, com a inflação, o dinheiro é dia a dia mais reduzido para as necessidades habitacionais.

Será caso para perguntar de que maneira irão ser compensadas as freguesias por este atraso, já que não vemos como se irá compensar as dezenas de famílias que já deviam estar condignamente abrigadas e ainda o não estão.

SILVALDE

A Junta não perde tempo

A pedido da Junta de Freguesia de Silvalde, foi convocada para o passado dia 26 uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia para discussão dum plano de tarefas a realizar na freguesia e que resultou do levantamento que aquela Junta fez das necessidades mais prementes de Silvalde. Coube assim à Assembleia de Freguesia pronunciar-se sobre um extenso documento que, apontando para algumas realizações imediatas, estará condicionado na sua concretização pela legislação e disponibilidades fi-

nanceiras que venham a ser atribuídas às Autarquias Locais.

O plano apresentado foi considerado na generalidade como uma excelente plataforma de trabalho, que permitirá, estabelecidas as prioridades, avançar com segurança e orientação para as tarefas práticas imediatas.

A este aval que a Assembleia da

Freguesia concedeu à Junta, juntou-se a aprovação de um voto de louvor pelo trabalho e cuidado postos na elaboração do plano.

Com a discussão na especialidade de algumas rubricas do documento, a reunião prolongou-se durante três horas e pena é que

(Continua na pág. 3)

MARÉ VIVA novo formato

«Maré Viva» diminuiu em tamanho.

Perde-se alguma coisa? Talvez. Ganha-se alguma coisa? Muito, não haja dúvida.

«Maré Viva» diminuiu, mas só em tamanho. Quanto ao resto, continua a crescer. Cresce em arranjo gráfico, que só lucrou com a mudança. Cresce em qualidade, esperamos nós todos: fazer sempre melhor, corresponder à confiança dos que acreditam conosco, e cujo número também cresce.

O rosto está lavadinho, pintado de fresco. «Maré Viva» é o mesmo jornal, é o jornal da região. Dá agora um novo passo ao encontro dos leitores. Que todos saibamos corresponder a este esforço.

FUTEBOL de A a Z

Principiamos neste número a publicação duma nova rubrica da autoria do conhecido jornalista Carlos Pinhão, que tem vindo a colaborar nas nossas páginas, em parceria com o artista Martins, que através do abecedário, de A a Z, salientarão aspectos relacionados com futebol em especial e desporto em geral.





NOTÍCIAS

Assembleia Municipal

Em referência a uma notícia que publicamos sobre a reunião da Assembleia Municipal, recebemos do seu presidente, Avelino Zenha, a seguinte carta:

Foi publicado no n.º 34 do jornal de que V. é Director, uma notícia sobre a realização no passado dia 19 de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Espinho.

Afirma o autor da mesma, que foi aprovada uma proposta que conferia ao primeiro secretário da Mesa, Madureira Gil, a capacidade de substituir o Presidente na sua ausência, adiantando que esta situação era previsível dada a sua qualidade de deputado à Assembleia da República.

Para repor a verdade dos factos e informar convenientemente os vossos leitores, esclareço que não foi recebida, nem sequer podia ser admitida pela Mesa tal proposta uma vez que a mesma era ilegal à partida, pelos motivos que passo a expor:

— O n.º 3 do Artigo 24.º do Decreto-Lei 701-A/76 já prevê que o Presidente será substituído pelo primeiro secretário e este pelo segundo secretário, nas suas faltas ou impedimentos.

Mais me cumpre esclarecer que o facto de ser deputado à Assembleia da República, não foi considerado pelos membros que constituem a Assembleia Municipal, motivo relevante que obviasse ao exercício do cargo, como claramente demonstra a votação secreta realizada quando da eleição da Mesa, pois o signatário obteve cerca de 80 por cento dos votos da Assembleia.

Agradecendo que o conteúdo da presente seja publicado no próximo número do semanário que V. dirige, subscrevo-me com os meus respeitosos cumprimentos.

N. R. Agradecemos o esclarecimento, lamentando o erro em que incorremos, que se baseou em informação dum elemento da Assembleia Municipal.

«Produções Sófilmes»

Não, não se trata de nenhum filme, nem de alguma produção cinematográfica em Espinho. O filme que vamos «passar», retrata-nos um caso da sociedade em que vivemos.

O alemão Fredy Chy — artista de variedades do Casino de Espinho, queixou-se à P. S. P. por desconhecidos lhe haverem furtado do interior da sua viatura uma mala com roupas de trabalho no valor de 80 mil escudos.

Recebida a queixa, a Polícia pôs-se logo em campo de «caça» (sabe-se lá, com alguma pista) e lá montou a sua «rede» de averiguações, a fim de recuperar o «tesouro» alemão.

Depois de recolher vários dados, a P. S. P. fez dar entrada nos seus calabouços, a José da Conceição Gomes «Zé dos Olhos Grandes», de 20 anos, sem profissão e com residência em Barros — Silvalde, e a Fernando Carvalho da Silva «Sófilmes», de 18 anos, sem profissão e residente em Anta.

Depois dos interrogatórios feitos, os artigos foram apreendidos e entregues ao cidadão alemão. Enquanto o «Sófilmes», tinha parte do furto na sua residência, o seu amigo havia enterrado o resto do furto no seu quintal.

Os detidos foram entregues ao tribunal, que arbitrou uma caução de 10 mil escudos ao Fernando Carvalho e fez recolher a Custódias o José Gomes.

Gruas para o novo Casino complicam o trânsito

Devido à montagem de duas gruas nos terrenos onde já decorrem as obras de alargamento do Casino, vai ser estreitada a rua 17 em cerca de metade da sua largura. A autorização para a referida montagem solicitada pela Orgel (empresa construtora) foi dada pela Câmara a título experimental, ficando o vereador Veiga Ribeiro encarregado de estudar as necessárias modificações no trânsito.



farmácias

QUARTA - Farmácia Paiva
R. 19 n.º 319 - Telef. 920250

QUINTA - Farmácia Higiene
R. 19 n.º 393 - Telef. 920320

SETA - Grande Farmácia
R. 19 n.º 46 - Telef. 920352

SÁBADO - Farmácia Teixeira
R. 62 n.º 457 - Telef. 920092

DOMINGO - Farmácia Santos
R. 19 n.º 263 - Telef. 920331

SEGUNDA - Farmácia Paiva
R. 19 n.º 319 - Telef. 920250

TERÇA - Farmácia Higiene
R. 19 n.º 393 - Telef. 920320

Assaltantes apanhados

A P. S. P. de Espinho deteve em Fevereiro último, Manuel José, O Carvalho, de 18 anos, desenhador de Artes Gráficas e morador na Rua do Peso da Régua e José Joaquim Barros, de 19 anos e ajudante de electricista, com residência em Campanhã, ambos do Porto.

A detenção resultou de, momentos antes, os proprietários das casas comerciais Centro Fotográfico e Ourivesaria Rubi se terem queixado destes dois jovens e mais outro companheiro lhes terem furtado, dos seus estabelecimentos, vários artigos de ouro e um leitor de cassetes, entre outros.

Mais tarde, a Polícia viria a deter no Café Onda, Luís Campos da Costa, de 20 anos, o outro implicado no furto, e que tinha ainda na sua posse alguns artigos furtados.

Nos processos apresentados pela Polícia ao Tribunal, constava que todos os detidos têm cadastro por furtos. E com penas suspensas.



S. PEDRO

Dia 10, Quinta-feira — «Chove em Santiago» — Maiores de 18 anos.

Na tentativa de apresentar a versão cronológica dos derradeiros momentos vividos pelo governo de Unidade Popular de Salvador Allende e dos factos mais imediatos que se seguiram à sua queda, este filme é interessante, apesar do fatalismo e sentimentalismo piegas em que o realizador deixou envolver a descrição de acontecimentos históricos tão importantes.

Mesmo tendo em atenção esse pormenor negativo, consideramos muito aconselhável os leitores não ignorarem este filme e o verem, tirando das imagens as ilações que a cada um possam sugerir.

Dia 11, Sexta-feira — «Um Homem, uma Cidade» — Maiores de 13 anos.

Filme não totalmente desinteressante, apresenta alguns aspectos e peripécias do «bas-fond» do crime numa cidade italiana.

Será hipótese a considerar na ocupação de tempo livre. Principalmente se estiver a chover.

Dia 12, Sábado — «Matar, Fugir ou Morrer» — Maiores de 14 anos.

Vamos pela segunda hipótese!...

Dia 13, Domingo — «Quando as Mulheres Jogavam Ding Dong» — Maiores de 13 anos.

Este, mesmo com muito boa vontade, é dos que «não tem ponta por onde se lhe pegue».

É mau, é mal feito, é cretino, é estúpido... não dizemos mais porque poderemos ainda despertar, no leitor, instintos masoquistas.

Dia 15, Terça-feira — «Os Canhões de Navarone» — Maiores de 13 anos.

Trucidado na linha férrea

Na primeira hora da passada 5.ª-feira, dia 3, ficou trucidado na linha férrea junto à estação de Espinho - Vouga, à passagem de um comboio com destino ao Sul, o jovem Ilídio Oliveira Dias Granja, «Li», de 21 anos, solteiro, operário corticeiro e morador no Bairro Piscatório, Marinha — Espinho.

Os factos que estão na origem destes triste acidente, não estão ainda totalmente esclarecidos, presumindo-se no entanto, haver razões que ultrapassam a possibilidade de uma imprevista e involuntária fatalidade.

Pavimentação da rua 19

Este moroso processo continua a desenrolar-se. Como já foi decidido, a Câmara responsabiliza-se pelo custo da pavimentação em cimento, sendo o excedente necessário para pagar a cobertura com pedrinhas suportado pelos comerciantes.

Agora foi revelado que a base do concurso para a arrematação da obra é de 737 contos, o que é muito elevado. No entanto o concurso será aberto rapidamente, dado o tempo que se perdeu e a necessidade de se fazerem tais obras antes da época balnear.

Reposição já mais que gasta, sem qualidade e sem interesse que justifique atenção, narra um episódio ocorrido na Grécia, durante a segunda guerra mundial.

Com o passar dos anos, a técnica de interpretação e de realização já de si bastante fraca, ainda se torna mais ridícula e caricata.

CASINO

Dias 9 e 10, Quarta e Quinta-feira — «Esquadrão do Dragão» — Maiores de 13 anos.

Ou seja: «Hoje há Kung-fu».

Dias 11, 12 e 13, Sexta-feira, Sábado e Domingo — «Ela Tinha o Direito de Viver» — Maiores de 13 anos.

O enfrentar de um grave problema por uma médica é o tema tratado, de forma melodramática, nesta fita.

Nem o pouquinho de qualidade que Annie Girardot se esforça por imprimir-lhe, é suficiente para evitar a apatia que lhe dispensamos.

Dia 14, Segunda-feira — «Técnicas de Amor» — Maiores de 18 anos.

Pretensamente didáctico das relações sexuais, não passa de mais de um descarado oportunismo para vender da mais estafada pornografia, a que muito curioso, para sua própria consumição, não resiste...

S. PAIO DE OLEIROS

JUNTA DE FREGUESIA — O novo órgão executivo da freguesia iniciou já as suas actividades. Dentre as deliberações já tomadas realçamos:

— empreender a construção de habitações económicas, convidando a dirigirem-se-lhe desde já os eventuais vendedores de terrenos. A deliberação que, por um lado, foi tomada visando a resolução do problema habitacional da zona, não deixa, por outro lado, de ter uma intenção, que aliás foi declarada, de aumentar as receitas da Junta. Estes dois objectivos, um tanto inconciliáveis para quem espera apenas benefício, exigem dos interessados a maior atenção para que o empreendimento vá de facto ao encontro das necessidades dos oleirenses;

— vedar a sala das sessões à utilização «permanente» pelo Grupo de Teatro, Curso de Alfabetização, etc., e só a ceder para realizações «apartidárias», sem carácter de permanência e se o respectivo pedido for feito com a antecedência de 8 dias (pedimos desculpa pelos detalhes, mas é necessário que conste... para que a posteridade possa julgar). A par desta medida, mostraram os membros da Junta a disposição de apoiar a construção de uma casa de espectáculos!... A ver vamos... Mas, parece que a cara não diz bem com a careta...

ALFABETIZAÇÃO — Pois, é verdade! O Grupo de Teatro tem a funcionar, desde o início do ano, um Curso de Alfabetização! Cerca de 20 alfabetizandos, 5 alfabetizadores, não é nada mau para começar, pois não?!... Talvez seja mau, isso sim, para

quem sempre tentou roubar aos menos favorecidos o pão da cultura. Venham ver, meus senhores: alguns já têm netos na escola, mas apesar da idade, também querem ter direito a um nome e a saber escrevê-lo! Quem quer negar-lhes esse direito? Quem?... Já há uns tempos atrás, também a Biblioteca pensou em organizar um curso idêntico. Só que ficu no pensamento. Mas também ficou uma anedota: entrava-se na Biblioteca e havia um cartaz a convidar quem não soubesse ler a aparecer... Um cartaz para analfabetos!... E mesmo vontade de trabalhar!...

BIBLIOTECA — E já que falamos nela... Funciona na Junta, quer dizer: não sabemos se funciona. Lá que tem um horário, isso é verdade. Só que pode estar fechada quando o horário diz que está aberta... E também já a vimos aberta, quando o horário a manda estar fechada. Só que, nesse caso, estava a funcionar como sala de jogo. Mas, jogar xadrez ou damas não é pecado. Pecado é dispor-se de meios e nada se fazer para incentivar a leitura. Pecado é nunca se ter dado um passo para que o livro entre em casa do povo, que costuma dizer: «Livros encerrados não fazem letrados».

PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO—Exemplo claro de idêntica falta de abertura às massas tem sido também o Centro Desportivo e Cultural («Cultural» porquê?). Mas, num dia em que se achou menos fechado e menos egoísta e deu entrada a uns tantos que queriam praticar andebol, começou talvez a verificar que, afinal, vale a pena: é que essa juventude

alcandorada, de vitória em vitória, a campeã regional de Aveiro, ascendeu à 2.ª Divisão Nacional, onde, apesar das dificuldades, mantém o seu brio. O Desporto com letra grande) não precisa de vitórias. Mas há quem precise de ser vencido e... convencido.

LIXO — Estrada Oleiros-Silvalde, lugar do Peso. Eis um local de depósito do lixo da cidade de Espinho e não só. Até aqui era mais ou menos nas bermas da estrada, o que já era péssimo. Mas agora, começa a invadi-la.

Atenção, senhor automobilista: traga sempre os travões bem afinados. «Há sempre um Portugal desconhecido que espera por nós». É que se, por acaso, encontrar uma lixeira mesmo no meio da estrada, não se espante. Já não era a primeira vez! Há sempre quem se esteja marimbando para o bem da comunidade e os outros... que se lixem!

LAVADOURO DAS PEDRAS — Finalmente, foi concluída a cobertura deste lavadouro. Com esta obra, há mais de uma dezena de anos ansiada, concluiu o seu mandato a dinâmica Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, que trouxe aos lugares mais pobres, apesar de todas as limitações a que esteve sujeita, a satisfação de algumas das suas necessidades primárias, cumprindo, assim, brilhantemente, o seu dever.

Muito há, porém, a fazer. E que farão aqueles em quem o povo disse confiar? Enganá-lo-ão? Tapar-lhe-ão a boca com promessas ou obras de fachada? É lícito esperar que não! É urgente dizer não a quem tentar enganar-nos!...

(Continuação da 1.ª página)

trada de Barros pensa-se aproveitar as obras para se fazer o necessário saneamento. Neste caso e no da rua 41, será necessária a expropriação de terrenos por parte da Câmara.

RECLAMAÇÕES — inscrevem-se neste capítulo todos os problemas cuja resolução está dependente de diversos organismos e em relação aos quais a Junta chamará a atenção.

A Junta Autónoma das Estradas, o escoamento das águas na estrada 109 e o arranjo da fatídica curva do Sisto na mesma estrada. A Câmara Municipal de Espinho, a pavimentação com cubos de parte da estrada de Sales, após saneamento, a instalação de contentores para os lixos, o seu levantamento a horas e dias certos e a limpeza da estrada do Souto. Aos Serviços Municipalizados de Espinho, a instalação de lâmpadas fluorescentes, a retirada de alguns postes que dificultam o trânsito e a instalação de águas e saneamento desde a Corfi até próximo do café Zip-Zip.

LAVADOUROS PÚBLICOS — alargamento do lavadouro do Formal, aproveitamento da represa

(Conclui na pág. 6)



« Habitação — Paramos por exemplo »

Da Junta de Freguesia de Paramos e com a assinatura do seu presidente, João Baptista Dias da Costa, recebemos a seguinte carta dirigida ao director e referente ao artigo com o título em epigrafe:

Com referência à local acima referida, inserida no v/ jornal de 9 do corrente, vem esta Junta de Freguesia manifestar a sua admiração, tanto pela inoportunidade do arrazoado acerca do lugar da Pinha, como pela inexactidão da narrativa sobre o destino do subsídio concedido a Paramos, quando da vinda do Sr. Governador Civil do n/ Distrito a Espinho, no valor de Esc. 103.000\$00.

1.º Relativamente ao lugar da Pinha, achamos que tal arrazoado é inoportuno em virtude de o assunto estar a ser tratado, devendo todos nós ter em atenção à morosidade que tão grave problema implica.

2.º Quanto ao subsídio recebido do Sr. Governador, temos a dizer que não foi destinado à minoração de quaisquer problemas de habitação nem à electrificação de quaisquer ruas da Pinha, conforme a dita local insinua, mas sim para:

a) Construção da casa de arrumos, cabine de luz e electrificação do cemitério paroquial;

b) Arranjo do troço da estrada da Pinha, desde o marco divisório junto à propriedade do Sr. Alberto Assunção até ao bairro da Pinha e para o norte até onde as possibilidades monetárias o permitissem.

c) Arranjo do pontão do Cebolão e seus acessos.

Calculando que para o melhoramento dos três pontos acima seriam necessários um mínimo de cerca de 200 contos, e como o Sr. Governador só nos concedeu os ditos 103 contos, verificamos imediatamente que seria impossível executar todo o nosso plano e optamos (estamos a referir-nos à C. A. da Junta e queremos frisar que aquele dinheiro será empregue de acordo com tal opção da C. A. cessante) pelo arranjo da estrada da Pinha e cemitério paroquial. Quanto ao pontão do Cebolão ficou para oportunidade fora desta verba.

Por conseguinte, gratos ficaremos por este esclarecimento público e esperamos que futuramente, antes da publicação de locais menos exactas e propícias a causar confusão e descontentamento nas pessoas, nos consultem, pois estamos sempre e da melhor vontade à disposição de quem quer

(Conclui na pág. 6)

SILVALDE

a essa discussão não tivessem assistido elementos da população de Silvalde, que com as suas intervenções poderiam ter fornecido dados valiosos para os diversos problemas tratados. Não, houve, de facto, nenhum assistente, apesar da publicação de editais em que se anunciava a Assembleia e se convidava os silvaldenses a assistirem.

De maior interesse para os leitores do que uma descrição pormenorizada dos trabalhos da Assembleia será por certo a reprodução do plano apresentado pela Junta de Freguesia. O resu-

mo que aqui fazemos, dada a extensão do documento, não pretendemos mais do que pôr em evidência os aspectos mais importantes dentro de cada capítulo.

ESTRADAS, RUAS E CAMINHOS — duma longa lista de caminhos e estradas a pavimentar, arranjar ou abrir salientam-se pela sua urgência o prolongamento e pavimentação da estrada de Barros até ao extremo do futuro prolongamento da rua 20, a pavimentação da estrada de Miros e a abertura da rua 41 do Hospital até Sales. Quanto à es-

Mare Viva

SEMANARIO

Propriedade:
NASCENTE — Cooperativa de
Acção Cultural, s.c.r.l

Fizeram este número:

Agostinho Chaves, Albertino Pinheiro, Ana Maria, Antero Monteiro, António Letra, Augusto Mota, Dário Capela, Eugénio Morais, Fausto Neves, Joaquim Fidalgo, José Cruz, Manuel Loureiro, M. Gaio, Rogério Baptista e Victor Sousa

Colaboração especial: Carlos Pinhão

Composição e Impressão: Of. Gráficas da Casa Nun'Álvares - Porto

Director:

Victor Sousa

Redacção - R. 62 n.º 251 - 1.º
Telef. 921621

ESPINHO

COMISSÕES DE TRABALHADORES ANALISAM

Situação das Empresas intervencionadas

Com a Revolução de Abril e o posterior derrube da ditadura dos monopólios, assistiu-se ao boicote generalizado e sistemático da nossa economia, por parte dos maiores inimigos da Democracia — os grandes capitalistas e monopolistas nacionais e internacionais.

Fuga de divisas aos milhões, empresas abandonadas por administrações corruptas, boicotes de toda a ordem (internos e externos) por parte dos «amigos da Europa»... numa palavra: milhares e milhares de postos de tra-

balho em perigo e a produção e a economia nacionais drasticamente afectadas!

Unidos na sua luta e esforço, os trabalhadores conseguiram não só a manutenção, como até, em certos casos, a criação de novos postos de trabalho e a recuperação económica e financeira de empresas abandonadas e/ou sabotadas.

A Assembleia Constituinte, mandatada por seis milhões de Portugueses, reconhecendo que a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas

classes trabalhadoras (Artigo 2.º da Constituição) só é possível com a sua efectiva participação na vida das empresas, consagrou o direito que às mesmas assiste de participarem no Controlo da Gestão (Artigo 56.º da Constituição).

O Governo Constitucional ao elaborar o Dec.-Lei 907/76 de 31 de Dezembro de 1976, que prevê no seu articulado a devolução de empresas ao patronato, atenta não só contra os citados Artigos 2.º e 56.º, mas também, contra o artigo 83.º, que dispõe «as pequenas e médias empresas indirectamente nacionalizadas fora dos sectores básicos da economia, poderão, a título excepcional, ser integradas no sector privado desde que os trabalhadores não optem pelo regime de auto-gestão ou cooperativa».

Um exemplo entre muitos

Em Junho de 1975, no Hotel Ritz, uma gestão incompetente, desonesta, e imprevidente tinha-o conduzido à beira da ruína pondo em perigo a empresa e o emprego de 500 trabalhadores.

Foi feito um inquérito através do qual foram detectadas numerosas irregularidades e fraudes:

— distribuição exagerada e ilegal de lucros pelos accionistas, sem preocupação de constituir reservas (de 1959 a 1973 foram distribuídos 100 mil contos pelos accionistas);

— despesas «à larga» da administração (só em 1974 gastou, sem controlo, 2 mil e quinhentos contos em «representações no estrangeiro»). Isto para já não falar das dívidas que só de renda de 1974 ascendiam a 10 mil contos.

Por fim o Estado intervém apoiando financeiramente e os trabalhadores salvam a empresa à custa de esforços e sacrifícios gerando-a equilibrada e seriamente. Em Dezembro de 1976 a situação financeira da empresa é boa.

Contudo o actual Governo acaba com a intervenção do Estado e devolve o Ritz aos patrões.

Enfim... um exemplo entre muitos.

Não às desintervensões

Para que a Constituição não seja «letra morta», representantes de 58 mil dos 60 mil trabalhadores ao serviço de empresas com intervenção do Estado manifestaram, no passado dia 19 de Fevereiro, no Encontro Nacional realizado no I.S.T. em Lisboa, o seu firme repúdio pela devolução das empresas intervencionadas ao patronato sabotador.

Participaram nos trabalhos 275 membros de Comissões de Trabalhadores e 88 Delegados Sindicais de nove ramos de actividade, dispersas por 70 localidades e onze distritos. A representatividade foi quase de 100 por cento e contou com o apoio de algumas dezenas de Sindicatos e da CGTP — Intersindical Nacional.

No decorrer deste Encontro, os trabalhadores concluíram que a

O MARN alarga-se à nossa região

REUNIÃO EM OLEIROS

Rendeiros das freguesias de Mozelos, Lamas, Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão e S. Paio de Oleiros, reuniram no passado dia 27 de Fevereiro na Junta de Freguesia de Oleiros.

Foi feita uma análise da situação dos rendeiros nas diversas freguesias, por cada um dos seus representantes, e concluiu-se pela necessidade de ser exigido o cumprimento do decreto 201/75 sobre o arrendamento rural por parte dos senhorios. Estes continuaram a exigir rendas a «terças» e «meios» (metade ou um terço da produção para o senhorio), contra o que é estipulado na Lei, que fixa as rendas em dinheiro e segundo tabelas de rendas máximas fixadas por portaria.

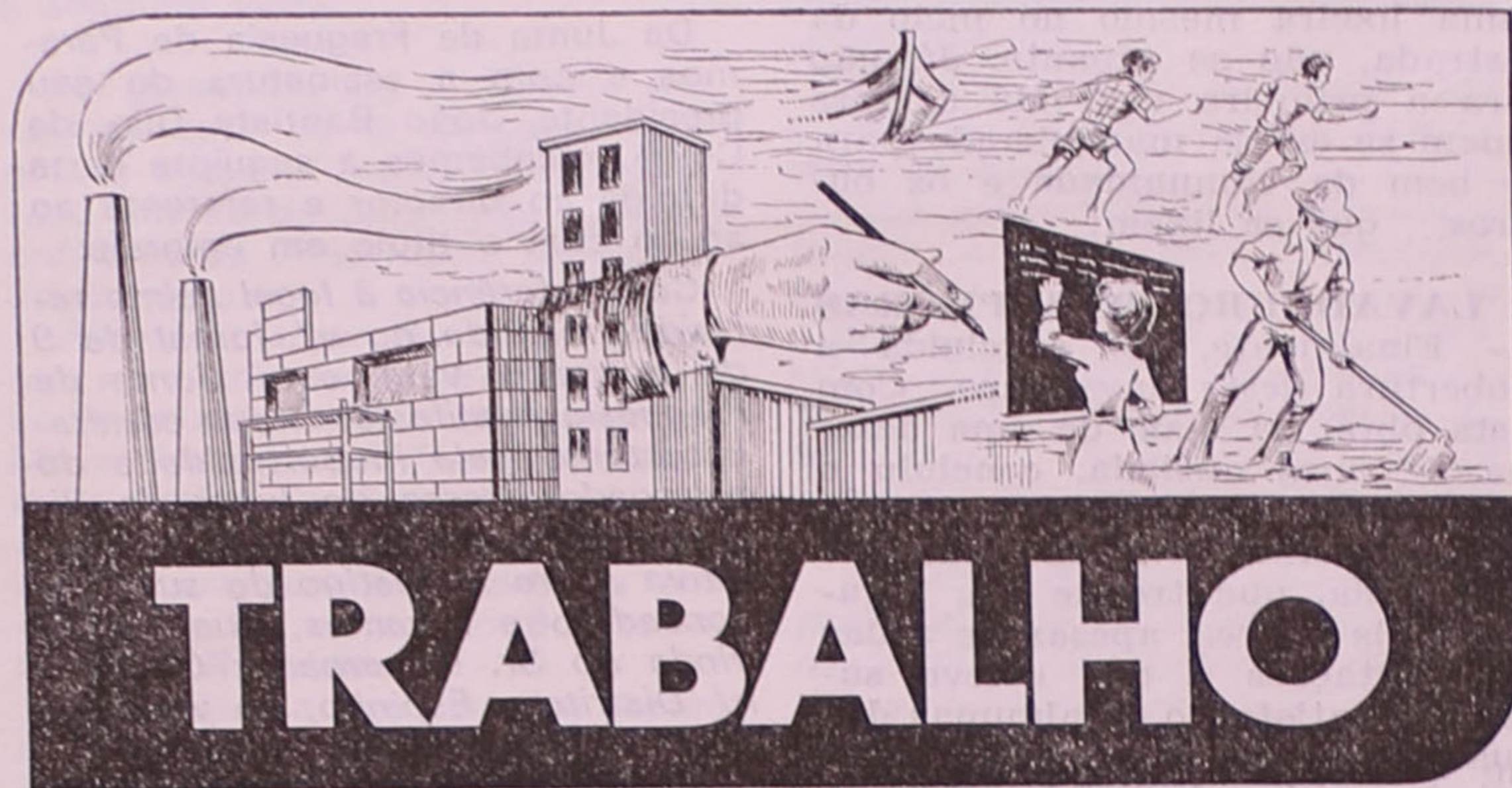
Foi pedido ao Governo para que não ceda às pressões da C.A.P. e dos senhorios ricos, que querem a suspensão da Lei de Arrendamento Rural.

Foi também sentida a necessidade de o MARN (Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte) alargar a sua actividade, promovendo sessões de esclarecimento por todas as freguesias da região, para que os rendeiros conheçam os seus direitos e não sejam, por falta de esclarecimento, presa fácil dos senhorios que os continuam a explorar.

intervenção do Estado conjuntamente «com o grande esforço dos trabalhadores que aceitaram voluntariamente todos os sacrifícios, resultou, sem dúvida, no saneamento económico e financeiro das empresas e na melhoria significativa das relações de trabalho», pelo que a sua devolução ao patronato será um crime à luz dos ideais do 25 de Abril consubstanciados na Constituição da República.

Conscientes de «que o problema das desintervensões afecta directa e indirectamente todos os trabalhadores e que só exigindo o cumprimento da Lei Fundamental do País, serão defendidos os seus direitos, levando de vencida as forças reaccionárias que sonham com a recuperação capitalista, e com ela, a consequente repressão e exploração das classes trabalhadoras do nosso país», os representantes dos trabalhadores foram unânimes, no repúdio pela promulgação do Decreto-Lei 907/76.

O Secretariado da C.G.T.P. — IN, na sua intervenção salientou a riqueza e profundidade dos debates do Encontro, situando os problemas do sector intervencionado na tentativa de recuperação capitalista, garantindo o apoio da Central Sindical na luta contra a devolução das empresas intervencionadas ao patronato.



Trabalhadores criticam medidas económicas do Governo

Realizou-se no passado dia 1 na F.I.L., um Plenário da C.G.T.P.—I. N. Presentes 140 Associações Sindicais que além de procederem à eleição do Conselho Geral da Confederação, analisaram os contactos estabelecidos pelo Secretariado com os Órgãos do Poder, as últimas medidas económicas tomadas pelo Governo e o cabaz de compras.

No decorrer dos trabalhos, foram aprovados dois importantes documentos denominados «Manifesto aos Trabalhadores Portugueses» e «Resolução».

Depois de referir que o Governo executa uma política que corresponde aos interesses do imperialismo e das forças sociais e políticas mais retrógradas do nosso País, atingindo duramente os interesses mais imediatos e comuns a todos os trabalhadores o Manifesto prossegue: «Põe-se em causa, de forma evidente, a possibilidade de construir em Portugal um regime político, económico e social conforme a Constituição: uma Democracia efectiva, a caminho do Socialismo». Mais adiante, continuando a analisar as recentes medidas tomadas pelo Governo, salienta-se no Manifesto: «Nada têm a ver com a construção de uma Sociedade rumo ao Socialismo: a desvalorização do escudo, o escandaloso aumento de preços da maioria dos produtos que constituem o cabaz de compras, a subida em quatro milhões de contos só de impostos que atingem fundamentalmente as classes trabalhadoras, a alteração do regime de controlo de preços que abre as portas à inflação galopante...» Depois de referir a le-

gislação antioperária e anticonstitucional o «Manifesto» acrescenta: «...O Movimento Sindical garante a mobilização dos trabalhadores para a resolução dos problemas económicos, financeiros e sociais do País desde que seja assegurado que a política económica e social beneficiará efectivamente os trabalhadores e as classes mais desfavorecidas do nosso povo e além disso seja garantido a ampla participação dos trabalhadores na definição dessa política».

No documento «Resolução» salienta-se que o plenário autorizou o Secretariado da C.G.T.P.—I. N., a convocar grandes acções de massas com base na análise da situação existente.

DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO

A propósito da desvalorização do escudo e seus reflexos na qualidade de vida dos trabalhadores, Maré Viva falou com vários militantes sindicais. Das conversas ficaram-nos algumas ideias que procuraremos sintetizar: «A desvalorização do escudo é uma das consequências da pressão exercida sobre a nossa economia pelas potências capitalistas, nomeadamente Estados Unidos e países da C. E. E.; A desvalorização do escudo determinará a subida do custo de vida, com reflexos mais graves nas classes trabalhadoras, uma vez que Portugal importa uma grande quantidade de produtos de primeira necessidade. As medidas complementares tais como a subida da taxa de juros e do imposto de transacções mais agravarão a subida dos preços e degradarão os salários dos trabalhadores».

Abaixo a rua 39 e viva a rua do Grilo!

Vocês desculpem, mas não consigo achar piada nenhuma a essa história da Rua 39 e da Avenida 8, é mesmo uma americanice sem jeito, não gostava nada de ter nascido na Rua 13, por exemplo, e não é por ser supersticioso...

Alfama, por exemplo, é um encanto. Tem, de seguida, a Rua do Paraíso, a Rua da Saudade e a Rua dos Remédios-

«Quem tem tosse, tosse!»
dizia um humorista
que vendia rebuçados
na Rua do Grilo.

Era um gosto ouvi-lo
e segui-lo.
A miudagem surgia
de todos os lados
e fazia-lhe festa.

Era uma pessoa honesta
ele dizia
e a gente sabia
que os rebuçados

-onde - há - remédio-para-tudo,
como cantava a Beatriz Costa.

E é bom trabalhar no Bairro Alto; subir, todos os dias, a Calçada da Glória, passar pela Travessa do Fala-Só e enfiar pela Travessa da Queimada.

Nasci, calculem (!), na Rua do Grilo que tem a seguir a Rua do Açúcar que vai até ao Poço do Bispo... A Rua do Grilo!... Às vezes, começo-me a lembrar...

não curavam tosse alguma
ele próprio tossia
quando dizia:

«Quem tem tosse, tosse!»

... Mas a gente ia
ria
corria

a gente gritava
a gente pulava
a gente pedia
dois tostões à mãe
para lhe comprar a mercadoria
e tossir também.

CARLOS PINHAO

UM JUIZ DIFERENTE

Há já muito, muito tempo, todos nos queixávamos dos tribunais fascistas, que faziam o jogo do governo salazarista, que eram corruptos, que eram injustos, que não conheciam a lei ou a adaptavam a seu bel-prazer. Quantas condenações arbitrárias, quantos vexames, quantas vergonhosas histórias!

Há muito tempo protestámos, indignados, contra o tribunal que, a bem dizer, absolveu (embora por outras palavras...) o assassino de um operário vidreiro, aqui no Porto. Que justiça era aquela?

Há algum tempo que vimos a erguer a nossa voz contra estes «exemplares» tribunais que, depois de considerarem provadas as acusações mais graves contra os pides, não restando dúvida das torturas e sevícias por eles praticadas, os mandam em liberdade ou lhes aplicam penas de consolação. Tudo à mistura com palavras elogiosas e de apreço pela elevada estatura moral dos réus.

Um dia destes, o Sr. Secretário da Comunicação Social, Manuel Alegre, protestava, triste, contra o jornal fascista «A Rua». E queixava-se de já lhe ter movido diversos processos judiciais, mas sem qualquer resultado. E nada mais podia fazer, pois ele era Governo e os tribunais eram os Tribunais. Mais dizia que a separação dos poderes, que o Executivo e o Legislativo, que a independência do poder judicial, etc., etc. O 25 de Abril foi feito para todos ou não?

No meio deste panorama desolador, será justo salientar a sentença ultimamente proferida por um juiz, a propósito de uma...

to pelas...
do-de-direito, negam o Estado-de-direito revolucionário e acabam por legitimar o Estado-de-direito fascista... Negam o direito fundamental de toda a revolução: o direito de se defender da contra-revolução, o direito de tomar medidas de defesa revolucionárias sobre as forças contra-revolucionárias. Mas, ao negarem esse direito, o que eles negam é a própria revolução. Só uma coisa falta aos novos arautos do Estado-de-direito: serem suficientemente coerentes para avançarem até ao fundo da sua própria lógica — isto é, para brandir a declaração universal e os clássicos da ideologia alemã onde beberam os seus princípios, para negarem a própria legitimidade do 25 de Abril.

Considerou não haver ilícito, pelo que absolveu os réus.

Um caso simples, que passa despercebido no canto de um jornal. Um caso em que o juiz foi inteligente: em vez de lavar farisicamente as mãos e condenar à face da lei, afirmando que justiça é uma coisa e revolução outra, proferiu julgar politicamente um caso que é, em verdade e na essência, político. Um juiz que teve a coragem de enfrentar as coisas e a ousadia de falar claro. Podia ter simplesmente condenado, à face da lei.

No Porto, em Janeiro de 1977.
Para que conste.

SESSÃO DE CINEMA INFANTIL

SÁBADO, 12, às 15,30 h. no Salão da Piscina

Organização da «NASCENTE» e da Secção de Criança da A. A. E.

ENTRADA GRATUITA

FONSECA

TECIDOS — MODAS

Rua 19 n.º 275

Telef. 920413 ESPINHO

VISTA OS SEUS FILHOS

na BOUTIQUE MI

Rua 62 n.º 113 — ESPINHO

TALHO
e Charcutaria
CENTRAL

Servir bem — Boas carnes

Rua 15 n.º 268 — ESPINHO

De semana a semana

(Conclusão da 1.ª pág.)

se criam e se mantêm propositadamente para lutar contra o povo, defendendo interesses opostos aos dele. Como se há-de então compreender que se pretenda impor ao povo a obrigação de sustentar os seus próprios inimigos? Que lógica terá levado o CDS a concluir que há-de ser o povo a pagar a sua própria destruição? Pesada factura esta que nos querem fazer pagar!

Põe-se, finalmente, o problema da constitucionalidade da lei em questão. E a pergunta surge, carregada de res-

ponsabilidade para aqueles que terão de lhe dar resposta: será constitucional a norma jurídica que cria subvenções a partidos? Mesmo que, entre eles, estejam os que não aprovaram a Constituição e a procuram subverter por todas as vias? E também os que, pública e repetidamente, se declaram em oposição aos seus princípios fundamentais, alguns dos quais nem a própria Assembleia da República poderá alterar?

Que nisto meditem aqueles que, mandatados pelo povo, se proclamam estar ao serviço do povo.

Construções clandestinas AVISO

Os Serviços Municipalizados de Espinho avisam que, ao abrigo do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 740/74, as instalações eléctricas dos edifícios novos não poderão ser ligadas à rede pública de distribuição se estes não possuírem a respectiva licença municipal de construção.

A Direcção

PARAMOS

(Conclusão da pág. 3)

que seja para o fornecimento de todos os esclarecimentos ao n/ alcance.

N. R. — Correções que, como esta, se fazem a afirmações que produzimos e que vêm revelar algumas deficiências no nosso trabalho, são sempre bem-vindas, pois permitem-nos cumprir com mais rigor a tarefa, a que nos obrigamos, de informar com verdade.

A nossa receptividade à crítica e ao reparo não nos impede, no entanto, de tecermos algumas considerações sobre parte do conteúdo desta carta, que poderia fornecer aos leitores uma ideia errada das normas que regem o nosso trabalho.

O texto referido, de 9 de Fevereiro, pretendia apresentar uma faceta tristemente real do problema da habitação, a que o «Maré Viva» vem dando atenção especial nos últimos números e em todos os seus aspectos.

Daí a oportunidade da transcrição feita, apoiada pela ideia que temos de que nunca é inoportuno trazer para o domínio público as situações de injustiça com que se debatem as populações. E não nos apercebemos de que modo poderia a publicação do texto referido protelar a resolução de problema tão grave. Temos até razões para crer o contrário ou então não a teríamos feito.

Queremos entretanto deixar aqui bem exposto que tivemos o cuidado de contactar (telefonicamente) com um elemento da Comissão Administrativa da Junta, então ainda em funções. Na altura e sem reticências quanto à oportunidade do texto, foi-nos informado, a nos-

so pedido, o que se passava entretanto quanto ao Bairro da Pinha. Foram algumas dessas informações que, afinal, não conseguimos reproduzir correctamente, quando, depois da transcrição, pretendemos dar a ideia de que os responsáveis da freguesia não estavam alheios ao assunto e sem pretendermos fazer insinuações que pudessem pôr em xeque a nova Junta de Freguesia.

A incorrecção residiu fundamentalmente no facto do elemento da C. A. contactado ter referido a falta de electrificação do Bairro e de nós termos depreendido, erradamente, que parte da verba se destinava a electrificação.

Quanto aos caminhos do Bairro confirma-se afinal que irá ser arranjado um troço de acesso, o que para nós se traduz (bem como a electrificação que pensamos também em perspectiva) em minorar os problemas de habitação, no que se refere a estruturas.

Queremos finalmente escusar-nos ao reparo feito de falta de consulta da Junta, pois de facto fizemo-lo em relação à C. A. então ainda em exercício. Aliás, o presidente da nova Junta sabe bem das vezes que nos deslocámos a Paramos junto da C.A., de que fazia parte, para nos informarmos «in loco» dos problemas da freguesia. Não é portanto nosso hábito ultrapassar quem esteja dentro dos assuntos para digerirmos artigos na secretária.

A abertura com que a Junta de Paramos se dispõe a dar informações, e que já esperávamos, será pois correspondida pela nossa parte, para que tenha continuidade a colaboração apertada que nos ligou à Comissão Administrativa cessante.

DESPORTO

A ENTREVISTA DA SEMANA

(Conclusão da pág. 7)

inicial, constatava-se que o seu valor era idêntico, pouco diferindo uns dos outros. Mercê de valores tão iguais, mercê da quantidade, fui obrigado a mudar constantemente a formação da equipa, sempre à procura da equipa ideal. O que é verdade é que assim não acontecia, e nestas alterações constantes, perdemos alguns pontos e realizaram-se más exhibições. No entanto volto a repetir que sempre que fazia alterações era com a intenção de encontrar a equipa, o que afinal veio a acontecer. Daí a explicação do «volte-face» em relação ao seu rendimento, às boas exhibições, voltando os adeptos a acreditar na equipa. Daí que há mais de 10 desafios para cá tenha alinhado sempre a mesma equipa, só alterada por lesões ou por baixas de forma dos jogadores.

Quanto ao futuro da equipa não posso prometer nem mais nem menos de que quando assinei o contrato, pois tento fazer tudo o que está ao meu alcance com o fim de colocar o Sporting de Espinho na I Divisão Nacional, o que aliás é o que esta cidade e este clube merecem. Daqui para diante não faremos nem mais nem menos do que trabalhar eu, direcção e jogadores contando com o grande apoio da massa associativa. E se não fôr o primeiro lugar pelo menos o segundo está

ao nosso alcance, a fim de tentarmos o acesso. Estamos atrasados 5 pontos em relação ao primeiro classificado, mas como temos um jogo a menos e se a sorte nos acompanhasse ficaríamos em 2.º a 3 pontos e como faltam dez jornadas, esperando que a sorte não nos desampare, podemos alcançar a tão desejada meta.»

Paralelamente à sua profissão de treinador, Mário Morais, pertence à Direcção do Sindicato dos Treinadores de Futebol.

«Um dos nossos grandes objectivos, e já tem havido diligências neste sentido é constituirmos um Sindicato Vertical que abranja os treinadores, os jogadores e os profissionais de campo (massagistas e trabalhadores de campo). Quanto à luta dos treinadores de futebol, face à existência de mais de 150 treinadores com carteira profissional desempregados quando tanto a nível nacional como Distrital, equipas existem que são treinadas por indivíduos de todos os ramos profissionais possíveis (electricistas, empregados bancários, jornalistas, etc.) e por técnicos estrangeiros, pelos resultados da reunião que tivemos no Ministério do Trabalho julgamos que a partir do próximo ano os clubes serão obrigados a ter um treinador credenciado para poderem inscrever-se nas provas oficiais.»

Exposição da Banda Desenhada no Museu de Ovar

de 12 a 27 de Março de 1977

Programa:

Colóquios com Vasco Granja e Eduardo Nobre
Visitas guiadas para estabelecimentos de ensino
 projecção de slides
Edição de um FANZINE — CATÁLOGO

SILVALDE

(Conclusão da pág. 3)

do Barreiro, aproveitamento da represa junto à fonte do Loureiro e instalação de outro no lugar de Gulhe.

CEMITERIO — estabelecimento de negociações com os proprietários dos terrenos vizinhos para alargamento, ligação, quando possível, da água pública a cada cantão e revisão das taxas de serviço do coveiro.

ADRO DA IGREJA — não sendo da responsabilidade da Junta, será apoiada a Comissão Paroquial nos esforços que faça junto das diversas entidades para o seu arranjo.

CASA DA JUNTA DE FREGUESIA — Construção de um novo edifício, que permita instalar condignamente a Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia, a Banda de Música, a Biblioteca e que estaria ao serviço das agremiações culturais e desportivas da freguesia, bem como das Comissões de Pais e de Moradores.

OBRA SOCIAL — Instalação dum Centro de Saúde ou, pelo menos, dum Posto de Primeiros Socorros.

ENSINO — aumentar o número de salas, estando previstas mais 8 salas para a Escola do Silvaldinho, mais 6 para o Souto, mais oito para a Marinha e uma nova Escola no lugar de Sales. Há já terrenos em perspectiva e estudam-se outros necessários. Haverá a preocupação de descentralizar as Escolas e será com essa preocupação que se procurará obter a criação de dois infantários e dois jardins-escolas.

TOPONIMIA E SINALIZAÇÃO — será feito um estudo geral para a sinalização do trânsito e, hoje mesmo, quarta-feira, com os elementos da J. F., da A. F. e outros silvaldenses serão estudados os nomes a atribuir às ruas de cada lugar.

PASSAGEM DE NIVEL — continuar as tentativas para a colocação de um sistema de segurança na passagem de nível junto ao Bairro Piscatório propondo à C.P., como solução provisória, a transferência do guarda da passagem de nível do Sisto e propor a colocação de sistemas automáticos em outras passagens de nível, especialmente nas do Vale do Vouga.

PLANO DE URBANIZAÇÃO — procurar a revisão do plano de urbanização, no sentido da substituição da zona industrial junto à praia por uma zona habitacional, o que poderá ajudar a resolver o problema de habitação em Silvalde e, simultaneamente, promover a zona do ponto de vista turístico.

HABITAÇÃO — acelerar o processo que conduza a construção das habitações inscritas no plano da «Solverde», dispendo-se de uma verba de mais de 7 mil contos destinada para o efeito, além de 15 mil previstos para a quinta do dr. Constante Pereira. Foi já indicado um terreno no lugar do Formal e estuda-se a indicação de outros terrenos.

BAIRRO PISCATORIO — providenciar pela resolução de algumas das graves carências daquela zona: sanitários e águas, electrificação, pavimentação de ruas e outras.

CULTURA — promover a animação cultural da freguesia, apoiando grupos culturais e promovendo a multiplicação de manifestações de tipo cultural. Reestruturação de um órgão de imprensa local que esteja com maior eficiência ao serviço da freguesia.

A leitura deste plano (resumido) dá já uma pequena ideia do trabalho que irá esperar a Junta de Freguesia de Silvalde nos próximos três anos de exercício. E não só a Junta, naturalmente. A Assembleia de Freguesia mostrou-se, na generalidade dos seus elementos, disposta a colaborar ainda mais activamente e o mesmo se espera (e é necessário) da parte da população de Silvalde, que compreende por certo que sem o seu apoio e colaboração o trabalho dos seus representantes nos dois órgãos será ainda mais difícil.

De salientar a disposição demonstrada pelos elementos da Junta, extensiva a outros elementos da Assembleia, de utilizarem os meios de informação locais para manterem o povo de Silvalde ao corrente da evolução dos problemas com que lutam.

Pelo que diz respeito ao «Maré Viva» estamos dispostos a acompanhar de perto tudo o que se passa em Silvalde, um desejo que aliás alimentamos em relação a todas as outras freguesias da região.

A ENTREVISTA, DA SEMANA

ouvindo Mário Morais

Treinador do S. C. Espinho

Nestas coisas de futebol os treinadores são peças importantes, alvo preferido dos desânimos e das alegrias dos adeptos de qualquer equipa. Quando a equipa rende, ganha jogos, soma pontos, o treinador é «o melhor do mundo», quando perde, quando se arrasta penosamente na cauda da tabela classificativa o treinador é o único responsável, é um inútil, um imprestável, um elemento pernicioso. Daí as chamadas «chicotadas psicológicas», o suceder de técnicos numa só época. É claro que o seu papel é fundamental no comportamento da equipa que comanda, mas muitas das vezes esquece-se o resto, os jogadores de que dispõe, o rendimento que estes podem e querem dar, o mau ambiente que certas campanhas com objectivos meramente pessoais, podem desencadear, etc. **Mário Morais**, treinador da equipa de futebol do Sporting de Espinho, tem sido alvo de polémicas, passando de asobiado, de caluniado a receber aplausos e incentivos.

Mas a verdade é que o Sporting de Espinho lá vai somando pontos e chegando-se cada vez mais perto dos primeiros lugares, fazendo esquecer o mau começo de época que teve. Para sabermos mais concretamente das possibilidades da equipa local, do que se passa e do que se passou, fomos ouvir o seu técnico. **Mário Morais** foi jogador do Sporting Clube de Portugal (dos iniciados até às primeiras categorias), do Marinhense, Penafiel, Salgueiros, Famalicão e União de Lamás, servindo como treinador o Paços de Ferreira, Estarreja, Vizela, Vila Real, Valecambrense, União de Coimbra, Penafiel e esta época o Sporting de Espinho.

Do seu silêncio perante os órgãos de informação locais a razão da nossa primeira pergunta:

«Tenho como princípio respeitar a Imprensa, mas a partir dum dada altura notei uma certa perseguição em relação aos jogos do Espinho, preocupando-se mais com o treinador, do que com os próprios desafios. Reconheço que houve uma fase menos boa da minha equipa, daí a justificação

para a crítica. Mas certas crónicas criticavam dum forma derrotista, deitando abaixo tudo e todos. Portanto como não concordava com a forma de proceder dos órgãos de informação, recusei-me a falar, continuando com as portas abertas no que diz respeito aos meus jogadores. Os resultados melhoraram, a equipa começou a render mais e a tónica dos comentários mudou, sendo mais sincera, mais compreensiva.»

Paralelamente à incompreensão de certa imprensa, notou-se também uma hostilidade por parte de sectores da massa associativa, um descontentamento que parecia ter terminado.

«Poderá dar a impressão que é hipocrisia da minha parte, para contentar certo sector, que não vou referir-me de modo menos agradável perante determinadas atitudes. Mas a verdade é que existem ainda sócios descontentes, apesar das recentes boas exhibições da equipa, e mesmo que o Espinho suba de divisão, mesmo que não perca mais nenhum jogo, continuará a haver descontentes. Porque são os fanáticos que mantêm o futebol profissional, que sem eles acabaria, e apesar de serem inconvenientes e injustos compreendo-os, aceito-os e respeito-os.»

Quanto à carreira do Sporting de Espinho esta época, após um mau começo, uma não correspondência da equipa às pretensões iniciais, sucedeu-se uma subida de forma, uma maior desenvoltura e os resultados favoráveis, as boas exhibições começaram a aparecer.

«Embora tivesse elaborado um programa, contando levar o Espinho a conseguir os seus objectivos, o que aconteceu é que, enquanto noutras equipas a falta de elementos válidos origina que estas não correspondam, no Espinho aconteceu precisamente o contrário. A justificação para o mau começo no campeonato foi a abundância de jogadores. Dos 27 jogadores que constituíam o lote

(continua na pág. 6)



DESPORTO

FUTEBOL

Famalicão, 0 — Espinho, 1

Assim, sim!

Não pretendemos de maneira nenhuma deitar foguetes antes do tempo, cantar vitória em momento inoportuno, porque o campeonato ainda rola e as equipas ainda têm uma palavra a dizer. No entanto, seria injusto esquecermos a boa carreira que o Sporting de Espinho tem vindo a fazer, denotando um perfeito entendimento entre todos os sectores da equipa, jogando com mais lucidez, com mais intencionalidade, de modo contraído, não temendo o adversário nem factores externos que tinham vindo a criar um mau ambiente responsável pelo comportamento menos bom da equipa no início da época.

Com a actual carreira, a derrubar obstáculos à primeira vista difíceis, a somar pontos, e a colocar-se cada vez mais junto dos primeiros (note-se que as derrotas do Paços do Ferreira e do Fafe, vêm ajudar bastante), o Espinho vê ser possível atingir o almejado objectivo.

Em relação a este desafio, apesar

do Famalicão ter optado pela toada ofensiva, a defesa espinhense que é a menos batida da Zona Norte, conseguiu anular todas as tentativas. E num contra-ataque rápido os «tigres» colocam-se em vencedores por intermédio de REIS, que se tem vindo a salientar como marcador de serviço da sua equipa, marcando nos últimos 5 desafios, 6 dos 8 tentos obtidos. Até ao final o Famalicão tentou alterar o resultado mas a serenidade e a experiência dos espinhenses não o consentiu.

As equipas alinharam:

FAMALICÃO — Matos; Carlos, Palheiras, Martinho e Sá Pereira (Duarte); Heitor e Jacques; Rodrigo (Renato), Reinaldo, Vitor e Borges.

ESPINHO — Quim; Gomes, Peireirinha, Gonçalves I e Raúl; Meireles (Vaqueiro), João Carlos e Gonçalves II; Serrão II, Reis e Malagueta.

FUTEBOL de A a Z

ARBITRO — A figura número um do jogo... não joga, isto é, não chuta. É o primeiro a entrar em campo e é o primeiro a entrar em acção, apitando para o desafio começar, do mesmo modo que lhe caberá também a última palavra; a apitadela que põe termo ao encontro. O árbitro não pode ser encarado como um inimigo, temos de o ajudar, até porque é muito difícil a sua tarefa: velar pelo cumprimento das regras de jogo. Pode errar, como homem que é, mas, em princípio, o árbitro tem sempre razão, sabe as regras, é imparcial, é um camarada, é um amigo mais que também entra no jogo.

Carlos Pinhão

Desenho de Martins



Empresa Gráfica de Seixezelo

DE

Cardoso & Valentim, Lda.

Apartado 13

Seixezelo

Argoncilhe

ATLETISMO

PARABÉNS!

O jovem espinhense António Leitão sagrou-se brilhantemente campeão Nacional de Corta-Mato de Juvenís, em prova realizada há uma semana em Faro.

Para ele, para o seu treinador Jorge Ramiro e para o atletismo espinhense em especial os nossos parabéns e votos de continuidade.

Maré Viva

ANTÓNIO ALEIXO HOMEM DO POVO

A Exploração e a Miséria

No passado dia 18 de Fevereiro passou o 78.º aniversário do poeta António Aleixo.

Salvo um ou outro caso, a data passou praticamente em branco.

Quem foi António Aleixo?

No prefácio a «Este livro que vos deixo» afirma o Dr. Joaquim de Magalhães (que conviveu com o poeta em Coimbra e tratou carinhosamente de coleccionar a produção poética de António Aleixo, juntamente com Tóssan):

«Cremos que lhe deve ser reservado lugar cimeiro de participante no processo de formação de Portugal Novo que todos os

portugueses conscientes desejam socialmente menos injusto do que aquele em que o poeta viveu e penou».

Com efeito, Aleixo reagiu sempre contra a miséria e a exploração que permanentemente o rodearam. A sua luta foi constante mas nunca foi individual. A noção de colectividade (entendida como explorada e oprimida) estava bem viva na sua filosofia. Os seus versos atestam-no.

Aleixo era optimista. Sentia a miséria e a exploração mas acreditava não ser utopia o fim da exploração do homem pelo homem.

Uma «figura típica» incómoda

Ao contrário do que aconteceu com outros poetas e figuras populares (o alfacinha Carlos dos Jornais, a ceramista Rosa Ramalho, o fadista Alfredo Marceneiro, por exemplo) nunca a burguesia conseguiu apoderar-se de António Aleixo, apesar de todos os seus esforços em «recuperá-lo» para o sistema (inclusive oferecendo-lhe um lugar como guarda da PSP).

António Aleixo foi assim permanentemente um «quebra-cabeças» para o fascismo e para a burguesia, uma «figura típica»

ao contrário, realmente incómoda.

E os seus versos também. Daí que, perdida a possibilidade de o levar para o seu lado, a burguesia tentasse silenciar os seus versos, minimizando a obra poética de António Aleixo.

Com o fim da época fascista em Portugal, os versos de António Aleixo surgem finalmente na sua máxima força ao povo português.

«Maré Viva» com esta página pretende homenagear António Aleixo, homem do povo.

não sou esperto, nem bruto,
nem bem nem mal educado.
sou simplesmente o produto
do meio em que fui criado.

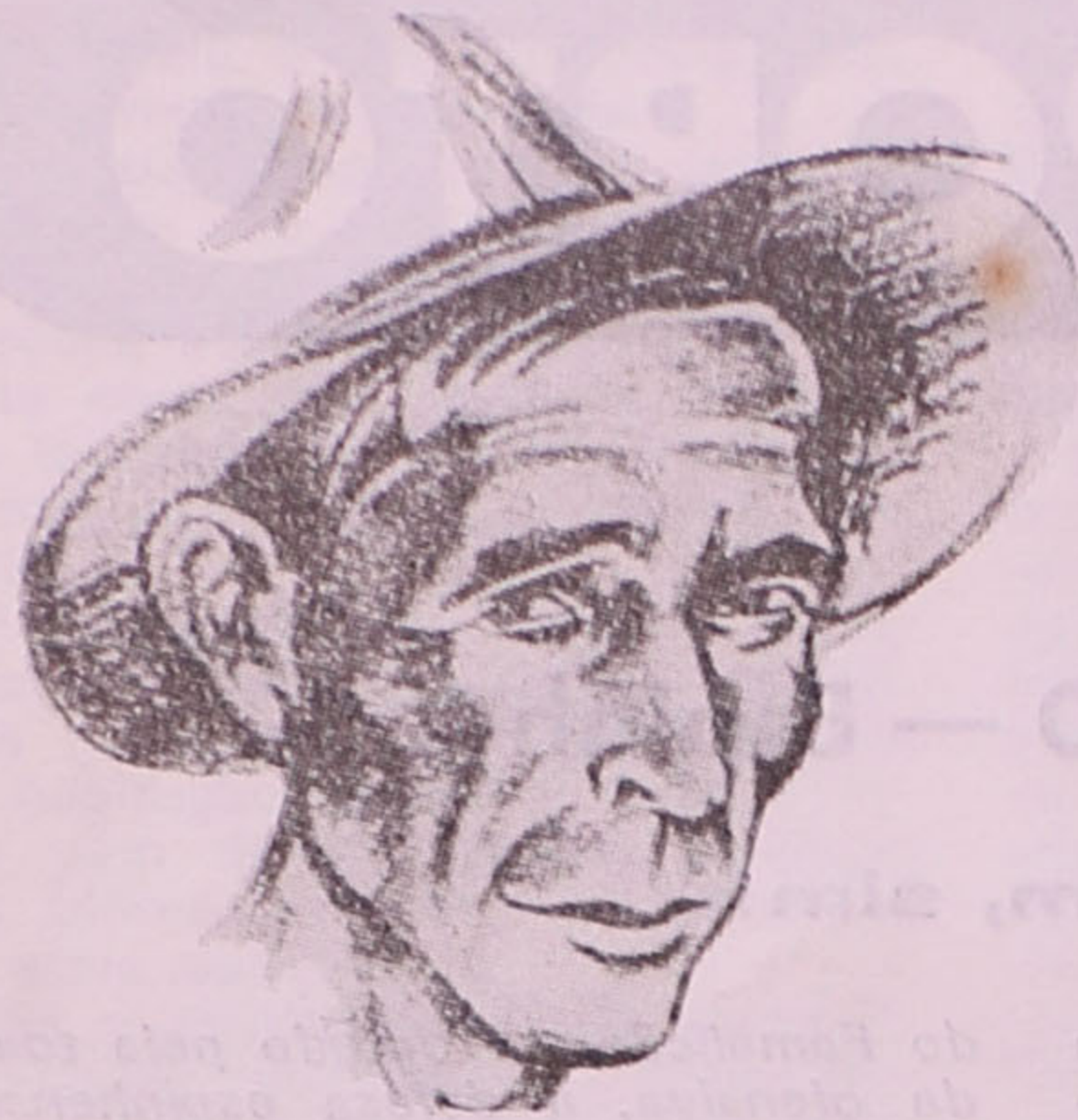
quantas sedas aí vão!
quantos brancos colarinhos!
são pedacinhos de pão
roubados aos pobrezinhos...

sei que pareço um ladrão.
mas há muitos que eu conheço
que não par'cendo o que são
são aquilo que eu pareço.

eu não sei porque razão
certos homens, a meu ver,
quanto mais pequenos são
maiores querem parecer.

que importa perder a vida
em luta contra a traição
se a Razão, mesmo vencida
não deixa de ser Razão?

vós que lá do vosso império
prometeis um mundo novo
calai-vos! que pode o povo
qu'rer um mundo novo a sério.



Bibliografia

POESIA

«Quando começo a cantar»
«Intencionais»

TEATRO

«Auto da vida e da morte»
«Auto do curandeiro»
«Auto do ti'Jaquim»

ANTOLOGIA

«Este livro que vos deixo»

VIDA

António Fernandes Aleixo nasceu em Vila Real de Santo António a 18 de Fevereiro de 1899, tendo falecido em Loulé a 16 de Novembro de 1949.

Homem do povo, filho de um modesto tecelão, a sua vida é uma constante luta pela sobrevivência dignificada.

Exerceu as mais variadas profissões: tecelão, guardador de gado, cauteleiro, engraxador.

Foi cantor popular de feira em feira, pelas redondezas de Loulé. Um caso singular, bem digno da atenção de quantos se interessam pela poesia.

Embora não totalmente analfabeto — sabia ler e tinha lido meia dúzia de livros de autores portugueses (Campos Júnior, Camilo, Eça de Queirós, Gil Vicente) ou estrangeiros (Júlio Verne, por exemplo) não era porém capaz de escrever com correcção. Se o tentava fazer escrevia uma série enorme de erros ortográficos. Pelo que os seus versos eram ditos. E, ocasionalmente, escritos por outras pessoas que não ele. Quantos versos se teriam perdido por isso?

Daí que esses versos sejam de uma sensacional oralidade. Versos que não são para ser escritos e lidos antes para ser ditos e escutados.

Há nos seus versos uma filosofia muito concreta: a que é aprendida na escola impiedosa da vida.

QUADRAS

há pessoas muito altas,
de nome ilustrado e sério,
porque o ouro tapa as faltas
da moral e do critério.

eu não tenho vistas largas
nem grande sabedoria.
mas dão-me as horas amargas
lições de filosofia.

quem prende a água que corre
é por si próprio enganado:
o ribeirinho não morre.
vai correr por outro lado...

não acho maior tortura
nem nada mais deprimente
que ter de chamar fartura
à fome que a gente sente.

só quando a hipocrisia
cair do seu pedestal,
nascera, dia após dia,
um sol p'ra todos igual.

embora os meus olhos sejam
os mais pequenos do mundo,
o que importa é que eles vejam
o que os homens são no fundo.

se os homens chegam a ver
porque razão se consomem,
o homem deixa de ser
o lobo de outro homem.

há luta por mil doutrinas.
se querem que o mundo ande
façam das mil pequeninas
uma só doutrina grande.

da guerra, os grandes culpados
que espalham a dor na terra,
são os menos acusados
como culpados da guerra.

eu era mendigo outrora.
tantas esmolos pedi
quenão sei dizer agora
quantas vezes me vendi.



Ilídio Martins da Silva
Rua 33-Bairro Moderno-Espinho

PORTI
PAGO